



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MINISTÉRIO PÚBLICO

UNIDADE DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO

Procedimento nº 01236.000.250/2025 — Procedimento de Gestão Administrativa

---

**01236.000.250/2025. PAMELA SILVA DE MONTIGNY.**

ADMINISTRATIVO E LICITAÇÕES. LEI Nº 14.133/2021. PREGÃO ELETRÔNICO. RECUSA AO ACEITE DE NOTA DE EMPENHO E ORDEM DE FORNECIMENTO. JUSTIFICATIVA FUNDADA NO ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS E BAIXA NO CNPJ. CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO APÓS O DECURSO DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA (ART. 90, §§ 3º E 4º). AUSÊNCIA DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA. INAPLICABILIDADE DE SANÇÕES. CANCELAMENTO DA NOTA DE EMPENHO E CONVOCAÇÃO DOS LICITANTES REMANESCENTES. POSSIBILIDADE LEGAL. PARECER PELO DEFERIMENTO DO PLEITO DA EMPRESA E PROSSEGUIMENTO, NOS TERMOS DO EDITAL LICITATÓRIO.

**I – Relatório**

1. Trata-se de procedimento de compra para a aquisição de equipamentos periféricos de informática, por meio do **Pregão Eletrônico nº 50/2025[1]**, no qual a empresa **Pamela Silva de Montigny** sagrou-se vencedora do certame para os itens 5 a 9 (PGEA nº 01236.000.121/2025).

2. Emitida a ordem de fornecimento, a empresa informou **encerramento de suas atividades e baixa junto à Receita Federal**, nos termos do e-mail juntado ( **Evento 08**) motivo pelo qual a Área endereçou a presente **consulta** à Unidade de Assessoramento Jurídico – UAJ, a fim de verificar **qual a conduta a adotar**, em relação aos fatos constatados.

**II – Análise**

3. O **Pregão Eletrônico n.º 50/2025** (01236.000.121/2025 - **Evento 63, pág. 03** ), cujo objeto é a aquisição de “periféricos de informática [kit teclado e mouse, HD's externos (mais de um modelo), headset, mini caixas de som, adaptadores displayport



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MINISTÉRIO PÚBLICO

UNIDADE DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO

Procedimento nº 01236.000.250/2025 — Procedimento de Gestão Administrativa

(mais de um modelo), adaptador HDMI, cabos USB, miniswitch]”, em conformidade com a Ata da Sessão (01236.000.121/2025 - **Evento 73, pág. 76-142**), registrou a vitória da empresa **Pamela Silva de Montigny** em relação à adjudicação de **05 (cinco)** de um total de 10 **itens** licitados, conforme **ato de adjudicação** do objeto e **homologação** do certame pelo Senhor Diretor-Geral (01236.000.121/2025 - **Evento 78, pág. 09**), abaixo resumido.

Fornecedor	Item /Lote	Descrição	Unitário (R\$)	Quant. (TR)	Global (R\$)
Pamela Silva de Montigny	5	Conjunto de mini caixas de som para microcomputador	31	50	1.550,00
	6	Adaptador displayport para DVI	23	80	1.840,00
	7	Adaptador displayport para HDMI	17	80	1.360,00
	8	Adaptador displayport para VGA	17	80	1.360,00
	9	Adaptador HDMI para USB-C	39	20	780

4. O **procedimento de compra** n.º **01236.000.121/2025** foi então **concluído** com a emissão de 04 (quatro) **Notas de Empenho**, das quais 01 (uma), a de n.º **25008254108**, no valor de **R\$ 6.890,00**, cuidava dos 05 (cinco) itens adjudicados pela fornecedora **Pamela Silva de Montigny** (01236.000.121/2025 - **Evento 100, pág. 04-05**).

5. A **Ordem de Fornecimento** n.º **01/2025** foi enviada à fornecedora PAMELA SILVA DE MONTIGNY, em **26/12/2025**, prevendo a entrega à Procuradoria-Geral de Justiça dos 5 (cinco) itens acima listados, item n. 3 do presente parecer, conforme PGEA n.º 00596.000.739/2025 (**Eventos 04 e 05**). Em **25/02/2026**, foi recebida a resposta a esta solicitação (**Evento 08, página 01**), cujo conteúdo está abaixo transcrito.

Vimos por meio deste comunicar formalmente que a empresa **62.368.545 PAMELA SILVA DE MONTIGNY**, inscrita no **CNPJ 62.368.545/0001-02**, encerrou definitivamente suas



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO**

UNIDADE DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO

Procedimento nº 01236.000.250/2025 — Procedimento de Gestão Administrativa

atividades comerciais, tendo sido efetivada a baixa do registro junto à Receita Federal.

Em virtude deste encerramento, informamos que:

1. Quanto às **Atas de Registro de Preços vigentes**: Solicitamos o **cancelamento amigável** das mesmas, uma vez que a **empresa encontra-se juridicamente impossibilitada** de manter a habilitação e realizar novos fornecimentos.

2. Quanto aos **Empenhos em aberto**: Comunicamos a **impossibilidade de entrega dos itens solicitados** devido à **extinção da personalidade jurídica** da empresa. Solicitamos o **cancelamento imediato das notas de empenho** para que a **Administração possa realizar a convocação do próximo fornecedor classificado, evitando qualquer prejuízo à continuidade do serviço público**.

Pedimos sinceras desculpas pelos transtornos administrativos causados por esta decisão.

Ressaltamos que a comunicação imediata da baixa reflete nosso compromisso com a transparência e a boa-fé junto aos órgãos públicos e parceiros.

6. Diante da recusa, a **Lei Federal nº 14.133/2021**, ao tratar da **formalização dos contratos**, prevê o seguinte em seu artigo 90 (*grifos nossos*).

Art. 90. A Administração **convocará regularmente o licitante vencedor** para **assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente**, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, **sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções** previstas nesta Lei.

[...]

§ 2º Será **facultado à Administração**, quando o **convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente** no prazo e nas condições estabelecidas, **convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação**, para a celebração do contrato nas **condições propostas pelo licitante vencedor**.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**MINISTÉRIO PÚBLICO**

UNIDADE DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO

Procedimento nº 01236.000.250/2025 — Procedimento de Gestão Administrativa

§ 3º **Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital** sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes **liberados dos compromissos assumidos**.

§ 4º Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do § 2º deste artigo, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

I - **convocar os licitantes remanescentes para negociação**, na **ordem de classificação**, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II - adjudicar e celebrar o contrato nas **condições ofertadas pelos licitantes remanescentes**, atendida a **ordem classificatória**, quando frustrada a negociação de melhor condição.

§ 5º A **recusa injustificada** do adjudicatário em **assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente** no prazo estabelecido pela Administração **caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas** e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

§ 6º A regra do § 5º não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do § 4º deste artigo.

§ 7º Será **facultada à Administração** a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de **fornecimento em consequência de rescisão contratual**, observados os mesmos critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º deste artigo.

§ 8º Na situação de que trata o § 7º deste artigo, é autorizado o aproveitamento, em favor da nova contratada, de eventual saldo a liquidar inscrito em despesas empenhadas ou em restos a pagar não processados. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

§ 9º Se frustradas as providências dos §§ 2º e 4º, o saldo de que trata o § 8º deste artigo poderá ser computado como efetiva disponibilidade para nova licitação, desde que identificada vantajosidade para a administração pública e mantido o objeto programado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MINISTÉRIO PÚBLICO

UNIDADE DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO

Procedimento nº 01236.000.250/2025 — Procedimento de Gestão Administrativa

7. Por sua vez, previu o **Edital de Pregão Eletrônico n.º 50/2025** (PGEA n.º 01236.000.121/2025 - Evento 63, págs. 24-25, *grifos nossos*):

#### 6.4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

[...]

6.6. As propostas apresentadas nesta licitação terão **prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias**, a contar da data da sessão pública do Pregão[3].

6.7. Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

6.8. Transcorrido o prazo, a **empresa será instada a se manifestar acerca da prorrogação do prazo de validade de sua proposta, com manutenção de prazos e valores, por novo período de 60 (sessenta) dias**.

6.8.1. A resposta deverá ser encaminhada à Administração no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data do questionamento (via chat de sessão, envio do e-mail ou ofício).

6.8.2. A **omissão da empresa quanto à anuência com a prorrogação do prazo de validade de sua proposta de preços, dentro do prazo máximo estabelecido**, será interpretada pela Administração como **desistência** da empresa em continuar o processo de contratação.

[...]

#### 13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

[...]

13.3. **Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado**, não manter a proposta, em especial, quando:

13.3.3. **Pedir para ser desclassificado** quando encerrada a etapa competitiva.

#### 15. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

[...]



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO**

UNIDADE DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO

Procedimento nº 01236.000.250/2025 — Procedimento de Gestão Administrativa

15.4. O Termo de Contrato **será substituído por Nota de Empenho**, e as obrigações entre as partes serão estabelecidas conforme o Termo de Referência.

15.5. O adjudicatário terá o **prazo de até 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis** nos termos do art. 90, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021, contado a partir da convocação formal pela Administração, para realizar a assinatura eletrônica do contrato ou **aceitar o instrumento equivalente (nota de empenho/autorização)**.

15.5.1. A **recusa injustificada** do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou **aceitar ou retirar o instrumento equivalente** no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará **descumprimento total da obrigação assumida**, sujeitando-o às seguintes **penalidades**:

- a) Perda do direito à contratação.
- b) **Aplicação das sanções** previstas neste Edital e na legislação vigente.
- c) Imediata perda da garantia de proposta (caso houver), que será revertida em favor da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (PGJ/MP-RS).

[...]

15.8. Os **participantes remanescentes** ficam obrigados a **atender à convocação** e a assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo fixado pela Administração, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, ficando sujeitos às penalidades cabíveis em caso de recusa.

8. Fazendo eco às prescrições legais e ao conteúdo do certame, leciona a **doutrina**[4] que, não sendo celebrado o instrumento contratual, quando for o caso, ou ocorrendo recusa à autorização/ordem de fornecimento emitida pela Administração, o **ato administrativo** que formalizaria a relação contratual **não produziu efeitos** (*grifos nossos*):

O não comparecimento do licitante se caracteriza como uma hipótese de **extinção do ato administrativo pela recusa do adjudicatário**.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO**

UNIDADE DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO

Procedimento nº 01236.000.250/2025 — Procedimento de Gestão Administrativa

---

Isso porque **sua aquiescência é necessária para a produção do efeito**, qual seja, a **formalização da relação contratual**.

Se não celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, quando demandado, **o particular se sujeita a sanções porque sua conduta poderá ser tipificada como descumprimento total da obrigação assumida**. Assim prescreve [o] §5º do art. 90.

[...]

**Não necessariamente haverá punição**, porque poderá ser apresentada a **explicação hábil a justificar a recusa**.

Destacamos que o privado **deve se atentar ao prazo de validade das propostas** que variará segundo a previsão editalícia (§4º do art. 90).

[...]

Não celebrado o contrato com o licitante vencedor, faculta-se à Administração Pública optar pela convocação dos licitantes remanescentes, **devendo fazê-lo no prazo de validade de suas propostas** e obedecendo à ordem de classificação, para **tentar que aceitem** celebrar o contrato nas mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor.

9. No caso concreto, a Ata da Sessão de Pregão Eletrônico registrou que o início dos trabalhos ocorrera em **17/10/2025** (PGEA nº 01236.000.121/2025 - **Evento 73, página 76**), tendo o encerramento se dado no dia **20/10/2025** (PGEA nº 01236.000.121/2025 - **Evento 73, página 141**). Embora tenha sido retomado o pregão no dia 24/11/2025 para os itens 2 e 3, em razão de pendências da empresa então vencedora (PGEA nº 01236.000.121/2025 - **Evento 73, págs. 4 e 6**), não houve alteração em relação às **propostas** da adjudicatária Pamela Silva de Montigny, associadas aos itens 5, 6, 7, 8 e 9, cujo **aceite** pelo **Pregoeiro** deu-se em **20/10/2025**.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO**

UNIDADE DE ACESSORAMENTO JURÍDICO

Procedimento nº 01236.000.250/2025 — Procedimento de Gestão Administrativa

---

10. A Ordem de Fornecimento n.º 01/2025 (PGEA n.º 00596.000.739/2025 - **Eventos 04 e 05**), por sua vez, foi emitida e endereçada à Fornecedora no dia **26/12/2025**, conforme cópia de e-mail juntado nesta data, ou seja, **67 dias** (corridos) **após o encerramento da sessão** e apresentação das propostas pelos licitantes (20/10/2025).

11. Como vimos, anteriormente, o **edital do certame** previra que as **propostas** teriam “validade mínima de **60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão** pública do Pregão” (item 6.6). Ainda, que **decorrido este prazo** estariam “os **licitantes liberados dos compromissos assumidos**” (item 6.7), motivo pelo qual ocorreu a **decadência** em relação ao direito da Administração de exigir o cumprimento das propostas pelos licitantes, conforme previsão do item 6.7 do Edital do Pregão e também do § 3º do artigo 90, da Lei nº 14.133/2021, a respeito do que a doutrina faz o seguinte comentário [5].

Se a Administração não **convocar** os interessados para a contratação até o decurso do **prazo de validade** das **propostas** fixadas no edital, **ficarão eles liberados** do cumprimento de seus termos.

12. Consoante o acima exposto, a Ordem de Fornecimento foi enviada à Adjudicatária em **prazo extemporâneo**, tendo decaído o direito da Administração em relação à proposta firmada, uma vez que os “licitantes se vinculam pelas propostas formuladas, no limite do prazo de sua vigência[6]”. A **recusa**, portanto, é **legítima e não enseja aplicação de penalidades** à adjudicatária.

13. Além disso, a fim de preservar o interesse público, tanto o item 15.8 do certame, quanto o §2º do artigo 90 da Lei Federal n.º 14.133/2021, **autorizam a retomada do procedimento licitatório**, com a chamada dos licitantes remanescentes para adjudicação do objeto em valor, inclusive, superior àquele registrado pela autorização de fornecimento agora extinta[7].





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO**

UNIDADE DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO

Procedimento nº 01236.000.250/2025 — Procedimento de Gestão Administrativa

14. A doutrina[8] também sublinha a **necessidade**, nestes casos, de **tornar sem efeito a adjudicação** do objeto e a **homologação** do certame (*grifos nossos*):

A **conduta inadimplente do anterior adjudicatário** conduz a diversas consequências. Entre elas, encontra-se o desfazimento da adjudicação. Não se trata nem de revogação nem de anulação, mas de rescisão. Assim se passará porque a extinção da adjudicação será decorrente não de invalidade (anulação), nem de inconveniência (revogação). A extinção da adjudicação, que era perfeita e refletia uma proposta conveniente, será um efeito jurídico do inadimplemento do adjudicatário.

A **competência** para **promover a rescisão** é da mesma autoridade competente para adjudicar. Portanto, a **autoridade superior** rescindirá tanto a **adjudicação** como a **homologação**.

15. Concluídas estas providências, será retomado o certame pela comissão de licitação[9] (*grifos nossos*):

Rescindida a adjudicação, o **procedimento será reaberto**. Seja na hipótese de convocação dos licitantes para contratar nas **condições do antigo adjudicatário**, seja nos casos de previsão de contratar nas **condições ofertadas pelo próprio sujeito convocado**, caberá verificar a **aceitabilidade** e a **conveniência** da proposta.

A decisão de aceitabilidade e conveniência da proposta do segundo classificado apresenta a mesma natureza do primeiro julgamento da licitação.

### **III – Conclusão**

16. **Diante do exposto**, com base nos dispositivos citados, sugere-se **cancelar** a nota de empenho e **tornar sem efeito** a adjudicação e homologação do certame, em relação aos **itens 5, 6, 7, 8 e 9** (PGEA 01236.000.121/2025 - Evento 78, pág. 09), a fim



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MINISTÉRIO PÚBLICO

UNIDADE DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO

Procedimento nº 01236.000.250/2025 — Procedimento de Gestão Administrativa

de que possa ocorrer a retomada do procedimento licitatório, **sem aplicação** de **penalidades** à adjudicatária anterior, Pamela Silva de Montigny, CNPJ 62.368.545/0001-02.

**É o parecer.**

Tiago Cardoso,  
Assessor Jurídico,  
Unidade de Assessoramento Jurídico - UAJ.

Visto.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor-Geral.

ALICE FARINA FRAINER,  
Coordenadora,  
Divisão de Contratos e Assessoramento Jurídico.

[1] Procedimento de contratação PGEA nº 01236.000.121/2025.

[2] Analisando os autos a seguir listados, não foi possível localizar cópia da mensagem eletrônica/comunicação (da Administração) que endereçara a Ordem de Fornecimento para o aceite da Adjudicatária, motivando contato com a Área Solicitante, para complementação. PGEAs consultados n.º: 00596.000.739/2025; 01236.000.250/2025; 01236.000.121/2025.

[3] Pregão iniciado no dia 17/10/2025, às 14h, e encerrado no dia 20/10/2025, às 17h53min (**PGEA nº 01236.000.121/2025 - Evento 73, págs. 76 e 141**).

[4] FORTINI, Cristiana; OLIVEIRA, Rafael Sérgio Lima e CAMARÃO, Tatiana. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**. Belo Horizonte, Coord. Fórum, 2022, pág. 272.

[5] JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2025, pág. 1323.

[6] JUSTEN FILHO, Marçal. *Idem ao anterior*, pág. 1324.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MINISTÉRIO PÚBLICO

UNIDADE DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO

Procedimento nº 01236.000.250/2025 — Procedimento de Gestão Administrativa

---

[7] FORTINI, Cristiana; OLIVEIRA, Rafael Sérgio Lima e CAMARÃO, Tatiana. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**. Belo Horizonte, Coord. Fórum, 2022, pág. 274.

[8] JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2025, pág. 1324.

[9] JUSTEN FILHO, Marçal. *Idem ao anterior*, pág. 1325.